****

|  |
| --- |
| **Nome: António José Estêvão Cabrita****Nº de Estudante: 1002404** **Unidade Curricular: Recursos de Informação: Utilizadores e ServiçosCódigo:** 51062**Data Entrega:** 13 de Abril **/** 22h00  **Ano letivo:** 2011/12 |
|  |

|  |
| --- |
| PARA A RESOLUÇÃO DO **e-FÓLIO A**, ACONSELHA-SE QUE:* Salve o documento no seu disco rígido antes de começar a responder.
* Preencha devidamente o cabeçalho do exemplar.
* Depois de ter realizado o e-Fólio, insira-o na página *moodle* da unidade curricular, no dispositivo previsto (**e-Fólio A**) até ao dia **13 de abril às 22h00.**

O e-Fólio é composto por **1 pergunta** de desenvolvimento longo, contém **4** páginas (incl. cabeçalho e instruções) em A4. Formato: word, / Times New Roman 12, espaço: 1,5. A bibliografia pode constar numa página extra. **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E COTAÇÃO:****Classificação total: 40 pontos distribuídos por:****Conteúdo - 30 pontos;**Os critérios genéricos da avaliação são a proficiência, o encadeamento do raciocínio, a justeza dos conteúdos da resposta e o rigor científico dos aspectos enunciados, (clareza da exposição; capacidade de sintetização e estruturação; qualidade da argumentação; relevância da bibliografia, grau de sistematização e exploração do tema alvo). **Apresentação formal - 10 pontos.**Organização textual e qualidade discursiva (identificação das fontes, citações correctas, ortografia, estrutura sintáctica e adequação lexical/terminológica). **As respostas plagiadas implicam a anulação do e-Fólio.** |
| **Os dois Tópicos já trabalhados nesta Unidade Curricular apresentam duas épocas reveladoras de mudanças que caracterizam a História da Ciência da Informação. Por um lado, um Estado-Nação, surgido das grandes mudanças estruturais ocorridas no séc. XVIII em França, cria condições para a promoção de novas formas de aceder a documentos por parte dos cidadãos. Por outro, o Estado Cultural procura construir uma nova forma de salvaguardar e difundir a cultura pela criação de organismos internacionais destinados a estimular a educação e a promover a cooperação nacional e internacional dos serviços de informação.** **Caracterize, de forma organizada e sucinta, estes dois períodos, analisando a evolução que se repercute nos fluxos informacionais, desde os produtores aos utilizadores.**  |

**Ciências da Informação: duas épocas, um percurso**

Com o século das luzes, sob uma visão humanista, surgiu uma nova concepção na forma como a informação e a documentação deviam ser abordadas e da importância que estas tinham na vida política, social e científica. Com a Revolução Francesa a concepção custodial mantém-se, embora seja predominantemente o Estado a desempenhar esse papel, patrimonialista, mas abrem-se as portas das bibliotecas, dos museus - acabados de nascer - e dos arquivos, ao cidadão comum que o deseje ou necessite e, assim, nascem novos serviços. Promove-se o direito e a liberdade no acesso aos vastos acervos, centralizados, de informação. Com estes, defendem-se os interesses do Estado e dos seus cidadãos, serve-se a História, identifica-se a Cultura, edifica-se uma Identidade comum. Em pleno século XX, com o fim da II Guerra Mundial, dão-se os primeiros passos na tentativa de universalizar o conceito de Património Cultural, o livre acesso à informação, particularmente com a criação da UNESCO (1945), mas desta feita, de uma forma supra nacional, transversal a todos os povos, pretendendo transpor todas e quaisquer barreiras. Disso nos dá conta o art.º 19[[1]](#footnote-1) na Declaração Universal dos Direitos do Homem e verifica-se, assim, paulatinamente, a transformação, ainda não acabada, do Estado-Nação em Estado-Cultural disponível a todos os cidadãos.

Luís António de Verney, na sua correspondência entre 1765-66, numa quase antecipação à Revolução Francesa, *insinua-se amiúde que os reis não são donos, mas simples administradores (…); que o trabalho governativo deve executar-se com o assentimento da opinião pública e com o espírito de colaboração e de crítica recíproca entre os seus responsáveis, devido à «ineficácia da mente humana para ver tudo por si»[[2]](#footnote-2)*. A Revolução Francesa, sob o lema *Liberté, Egalité et Fraternité* inicia um novo modelo de governação.

Na tentativa de democratização do Estado e das Instituições, são sucessivamente aprovadas leis com este objectivo. Compreendendo os benefícios da documentação, administrativa, judiciária e da diplomática, legisla-se a custódia centralizada dos documentos disseminados pelo país, das paróquias, dos notários, das províncias e dos arquivos privados. Surgem assim os *Archives Nationales[[3]](#footnote-3)* com a Lei 7 de Messidor (25 de Junho de 1794)[[4]](#footnote-4). Contudo, surgem algumas novidades: A abertura destes depósitos documentais aos cidadãos que deles necessitem, o que obriga à prestação de serviços, até aí nunca praticados de forma maciça; a diferenciação entre documentos de interesse administrativo actual, de interesse histórico, pela sua antiguidade e os de interesse científico ou educativo e a constituição de um órgão de nacional e superintendência[[5]](#footnote-5) para os arquivos. Enquanto os primeiros ficam à guarda directa das instituições do Estado, os segundos são remetidos para museus, bibliotecas e Universidades. Demonstra-se assim a razão de Verney com a *«ineficácia da mente humana para ver tudo por si»* pois o Estado, patrimonialista, não possuía os meios para receber tamanha quantidade de documentos e quase se verificou a ruptura dos arquivos que, para a evitar, decide descentralizá-los pelas comunas e diversas regiões administrativas de onde, muitas vezes, os documentos tinham sido inicialmente expropriados. Todavia, com esta medida, apesar dos erros irremediavelmente cometidos, tentou-se corrigir o erro da “centralização” e o de retirar os documentos da sua origem, o que vai contra o “princípio da proveniência”[[6]](#footnote-6).

A História, enquanto disciplina afirma-se com as portas dos museus e bibliotecas abertas. Dá-se o início à exploração de tanta informação pesquisando-a, trabalhando-a muitas vezes a proveito da ideologia do Estado, para assim se afirmar, legitimar e valorizar, mesmo que para tanto a História seja reinterpretada e reconstruída; a Identidade comum se consolide, correndo também o risco de ser modelada à sombra de ideologias mais ou menos perversas que, como diz SILVA (2010: 24), “a ideia de política cultural pode remeter para os regimes totalitários.”

Os cidadãos, colectores mas agora utilizadores e consumidores destes acervos que, tantos documentos produziram e então disponibilizaram, obrigam a uma resposta mais tecnicista, ainda que empírica, promovendo índices, catálogos e inventários.

Após a II Guerra Mundial, com a criação da UNESCO e de outros organismos similares, alguns deles criados pela própria UNESCO, como é o caso da ICA[[7]](#footnote-7) (International Council on Archives) ou programas associados[[8]](#footnote-8) (UNISIST, NATIS e PGI), nascidos e pensados para a democratização e abolição de barreiras no acesso à informação, à cultura e, também não menos importante, para o estudo científico, teórico e normalização de práticas no tratamento da Documentação e da Informação que, conduzem ao surgimento de várias ferramentas, como as linguagens documentais, para uma melhor organização e representação da informação, como resposta à grande produção documental surgida no seio das universidades, da Guerra Fria a que se juntam a informática e as tecnologias de informação e comunicação para dar um maior impulso e eficiência no tratamento documental.

As instituições e os utilizadores, colectores e produtores, agora também seleccionam e difundem a informação e, alteraram o sentido dos fluxos de informação, que lhes é pertinente e satisfaz as necessidades da sua actividade, seja ela qual for.

Assim, apesar da evolução e da tomada de eficiência quer dos técnicos quer das técnicas, como também do comportamento dos indivíduos e das organizações ao longo do tempo que, figuras centrais, de colectores passam também a produzir e finalmente a seleccionar, a transformar e a difundir informação e conhecimento, do mesmo modo que a História do Homem relativa à agricultura. Como António de Verney *insinuou* com a *«ineficácia da mente humana para ver tudo por si»,* toda esta eficiência e evolução tecnológica, nesta *Era Googliana*, tende a virar-se contra nós ao tornarmo-nos displicentes e isso potencialmente conduzir-nos a colapsos políticos, sociais e económicos, qual terra estéril, ao tomarem-se decisões automáticas[[9]](#footnote-9) em milésimos de segundo, sem qualquer tipo de controlo, que afectam drasticamente a vida das pessoas, naquele mesmo intervalo de tempo.

**Bibliografia**

SARAIVA, António J. e Lopes, Óscar. 2010. *HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA*. 17. Lisboa: Porto Editora

SILVA, Armando Malheiro da e RIBEIRO, Fernanda. 2010. *Recursos de Informação: Serviços e Utilizadores*. Lisboa: Universidade Aberta

SILVA, Armando Malheiro da, [et al]. 2009. *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*. 3. Lisboa: Afrontamento

**Webgrafia**

Organisation des archives. “Loi Du 7 Messidor”. <http://www.legilux.public.lu/rgl/1794/A/0002/Z.pdf>, 2012-04-13

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item Notas** | **Área** | **Nota** | **Percentagem** | **A suas opiniões** |
| [TrabalhoE-fólio A](http://www.moodle.univ-ab.pt/moodle/mod/assignment/grade.php?id=2073541) | Avaliação electrónica | 3,60 | 90,00 % | Muito bom trabalho com referências de bibliografia suplementar e citações para reforçar a sua argumentação. Com uma nota de rodapé explicativa (as outras podem também entrar como ref. bibl. no texto, por ex.: nº 3: (Silva e Ribeiro, 2010: 17). Ref.bibl. e bibliografia não sempre conforme as normas estabelecidas. |
| [TrabalhoE-fólio B](http://www.moodle.univ-ab.pt/moodle/mod/assignment/grade.php?id=2073551) | Avaliação electrónica | - | - |  |
| AgregaçãoE-fólios | Avaliação electrónica | 3,60 | 45,00 % |  |
| [TrabalhoP-fólio](http://www.moodle.univ-ab.pt/moodle/mod/assignment/grade.php?id=2073571) | Avaliação Contínua | - | - |  |
| AgregaçãoPontos acumulados | Avaliação Contínua | 3,60 | 18,00 % |  |

1. Declaração Universal dos Direitos do Homem. [em linha] disponível em <http://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html> (acedido em 2012-04-12) [↑](#footnote-ref-1)
2. SARAIVA, 2010: 574 [↑](#footnote-ref-2)
3. SILVA, 2010: 17 [↑](#footnote-ref-3)
4. Organisation des archives. Loi Du 7 Messidor. <http://www.legilux.public.lu/rgl/1794/A/0002/Z.pdf>, 12-04-13 [↑](#footnote-ref-4)
5. SILVA, 2009: 101 [↑](#footnote-ref-5)
6. *Idem*, p. 206 [↑](#footnote-ref-6)
7. <http://www.ica.org/> [↑](#footnote-ref-7)
8. cf. SILVA, 2010:26 [↑](#footnote-ref-8)
9. Observem-se as recentes notícias sobre transacções nos mercados, através de «algoritmos», que já causaram amiúde pequenos colapsos, ou outras em que a evolução tecnológica levou ao despedimento colectivo de inúmeros *traders*, ditos tradicionais, e levou ao encerramento de vários sistemas de negociação. [↑](#footnote-ref-9)